

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DECOLONIZADORA: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS EM TORNO DOS POVOS ORIGINÁRIOS

CRITICAL INFORMATION LITERACY AS A DECOLONIZING STRATEGIC: THEORETICAL- CONCEPTUAL APPROACHES AROUND ORIGINAL PEOPLES

Angerlânia Rezende – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Eliane Bezerra Paiva – Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Edivanio Duarte de Souza – Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A competência crítica em informação pode ser fundamental para manter a diversidade cultural e promover a resistência e a emancipação frente à opressão e à homogeneização impostas por forças dominantes no mundo contemporâneo. Dessa maneira, este trabalho objetiva estudar diretrizes estratégicas em torno do fortalecimento da competência crítica em informação dos povos originários, tomando como referência a decolonialidade do saber. A partir de uma pesquisa exploratório-descritiva e qualitativa, apresenta um conjunto de análises e de discussões resultantes de levantamentos bibliográficos realizados durante a elaboração do referencial teórico de uma pesquisa de doutorado em andamento, que tem como tema central a competência crítica em informação no contexto dos povos indígenas. Como resultado, apresenta um conjunto de diretrizes estratégicas, em domínios da competência crítica em informação, com as possíveis ações decolonizadoras. Essas diretrizes e ações são importantes para a compreensão das potencialidades dessa competência como estratégia de resistência e de superação das condições de subalternização, de opressão, de marginalização e de exclusão por que passam os povos originários. Considera que, ao desenvolver essa competência, os povos originários podem identificar e contestar narrativas eurocêtricas e dominantes, promovendo uma visão de mundo que valorize seus próprios saberes e tradições.

Palavras-chave: Competência crítica em informação; Povos originários; Estratégia decolonizadora.

Abstract: Critical information literacy can be fundamental to maintaining cultural diversity and promoting resistance and emancipation in the face of oppression and homogenization imposed by dominant forces in the contemporary world. In this way, this work aims to study strategic guidelines around strengthening the critical information literacy of original peoples, taking the decoloniality of knowledge as a reference. Based on exploratory-descriptive and qualitative research, it presents a set of analyzes and discussions resulting from bibliographical surveys carried out during the elaboration of the theoretical framework of an ongoing doctoral research, which has as its central theme critical information literacy in the context of Indian people. As a result, it presents a set of strategic guidelines,

in areas of critical information literacy, with possible decolonizing actions. These guidelines and actions are important for understanding the potential of this competence as a strategy of resistance and overcoming the conditions of subalternization, oppression, marginalization and exclusion that native peoples experience. It considers that, by developing this competence, original peoples can identify and challenge Eurocentric and dominant narratives, promoting a worldview that values their own knowledge and traditions.

Keywords: Critical information literacy; Indigenous peoples; Decolonizing strategy.

1 INTRODUÇÃO

As fronteiras geográficas e epistemológicas representam, há muito tempo, zonas de contatos e de conflitos entre diferentes povos e formas de conhecimento, mas vem sendo redimensionadas em um mundo contemporâneo que parece se tornar cada vez mais globalizado. Apesar da aparente multinacionalização, os legados históricos da colonialidade do poder, do ser e do saber continuam a marginalizar, silenciar e excluir as culturas de muitos povos, especialmente dos afrodescendentes e dos povos originários das Américas.

Enfrentar esta era, que gera lacunas no próprio sentido da experiência de vida (Krenak, 2019), e as hierarquias entre os seres humanos como um meio de organização social do mundo é um desafio significativo. Para lidar com a exploração promovida pelo sistema capitalista, que transforma a vida em mercadoria, diante da persistente opressão histórica imposta por forças dominantes, surgem movimentos dinâmicos de resistência e de luta por transformações sociais. Esses movimentos buscam a valorização, a reconstrução e, em certa medida, a restauração das culturas historicamente marginalizadas e inviabilizadas.

No horizonte desses movimentos, pode-se considerar a competência crítica em informação (*critical information literacy*) que, embora se situe em um domínio específico condicionante da colonialidade, pode moldar estruturas nos âmbitos acadêmico e social, especialmente, quando se considera sua aplicação no contexto dos povos originários da América do Sul, tomando como referências o processo de decolonização por que passam as sociabilidades marcadas pelo colonialismo histórico (Oliveira; Gomes, 2021; Quijano, 2014).

Este entendimento pressupõe que a competência crítica em informação visa mais do que o desenvolvimento de habilidades referentes à busca, à seleção e ao uso da informação, uma vez que ela pretende provocar questionamentos, suscitar necessidades e propor soluções mediante a problematização crítica da informação e, em sentido amplo, das relações sociais, evidenciando disputas, opressões e discriminações, atenta às lutas de classe e à transformação social (Elmborg, 2006; Downey, 2016; Brisola, 2021).

Considerar a competência crítica em informação a partir do que se poderia chamar uma economia política da informação é essencial para estimular os indivíduos a pensarem criticamente sobre as forças e os regimes, internos e externos, possibilitando, em maior ou menor medida, saber agir diante desses eventos com base no conhecimento que possuem (Tewell, 2015). É essencial também entender, considerar e promover a identidade indígena como um fator que visibiliza, articula e fortalece todos os povos originários do Brasil, demarcando a fronteira étnica e identitária entre eles como originários de suas terras. Essa demarcação é constitutiva de relações dinâmicas entre poder, ser e saber, que, conforme Quijano (2014), compõem as três dimensões da colonialidade.

Neste sentido, este trabalho objetiva estudar diretrizes estratégicas em torno do fortalecimento da competência crítica em informação dos povos originários, tomando como referência a decolonialidade do saber. Sua relevância tem como base o pressuposto de que a preservação das culturas indígenas, o fortalecimento das identidades étnicas e a luta pelos direitos territoriais e pela autonomia dos povos se fundamentam no desenvolvimento de uma perspectiva crítica e libertadora que questiona, resiste, supera e transforma essa condição sócio histórica de submissão e de opressão impostas a esses povos.

Esta comunicação contempla parte da pesquisa bibliográfica de uma tese de Doutorado em andamento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, procedimentos metodológicos, análises e discussões acerca das potencialidades da competência crítica em informação como estratégia de decolonização do saber, e considerações finais.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No delineamento metodológico, definiu-se a pesquisa quanto ao objetivo, a partir do entendimento de Minayo (2010), como exploratório-descritiva, na medida em que busca levantar e descrever elementos e características da competência crítica em informação como estratégia decolonizadora no contexto dos povos originários.

Quanto à abordagem, caracteriza-se como pesquisa qualitativa, pois busca estudar elementos em níveis não quantificáveis (Minayo, 2010), focando na contextualização e na delimitação de categorias analíticas básicas, que potencializam as relações dinâmicas entre competência crítica da informação e decolonialidade do saber.

Já com relação aos procedimentos de coleta de dados, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que, conforme Gil (2002), esse tipo de pesquisa é um procedimento metodológico fundamental que visa a coleta, a análise e a interpretação de informações já publicadas sobre um determinado tema. Assim, a coleta de dados foi realizada na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), via levantamentos bibliográficos e sistematizados por meio da seleção de fontes mais relevantes acerca das possíveis relações entre competência crítica em informação e decolonialidade do saber, destinando-as à elaboração do referencial teórico da tese.

As análises e as discussões tiveram como base três categorias: 1) *Domínios da competência crítica em informação* - capacitar os indivíduos para avaliar, interpretar e utilizar a informação de maneira crítica e reflexiva; 2) *Ações decolonizadoras* - desafiar e dismantelar estruturas de poder colonial que perpetuam desigualdades e injustiças; e 3) *Diretrizes estratégicas* - reconhecer e desafiar estruturas opressivas e narrativas dominantes, promover saberes locais e tradicionais, e incentivar o olhar crítico, reflexivo e atento.

3 COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS: AÇÕES E ESTRATÉGIAS DECOLONIZADORAS

Alguns povos são marcados historicamente pela necessidade do desenvolvimento de políticas, estratégias e ações orientadas à resistência e à superação do estado de submissão e de opressão a que foram impostos. Nesse universo, destacam-se os povos originários ou indígenas da América do Sul e os povos escravizados durante o colonialismo histórico.

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, 2008) considera que povos indígenas possuem identidades distintas, na medida em que abrangem histórias e culturas exclusivas, além de modos particulares de organização social e econômica, que contrastam com os modelos predominantes no estado em que residem. A UNDRIP assegura diversos direitos, incluindo o direito à autodeterminação, ao acesso aos recursos naturais e à terra onde vivem, à preservação de suas culturas, línguas e tradições, e o direito de participar ativamente das decisões que impactam suas comunidades.

A expressão “povos indígenas” é atualmente aceita e se refere a agrupamentos humanos que habitam diversas partes do mundo. Com efeito, abrange uma variedade de grupos sociais que vivem em diferentes contextos geográficos, políticos, econômicos e sociais (Deroche, 2005). Embora possa parecer que esta expressão não consiga abarcar essa

diversidade, considera-se que todos compartilham de passado comum de lutas, de sofrimentos, de marginalização e de exclusão refletidas e manifestadas na atualidade.

Dentre outras possibilidades de enfrentamento dessas condições históricas de subalternização, de opressão e de exclusão, a competência crítica em informação pode se apresentar como fator de resistência social e estratégia decolonizadora, na medida em que potencializa a tomada de consciência, a construção da autonomia e a transformação de estruturas vigentes que mantêm essas situações. Ocorre que, no entendimento de Tewell (2015), esse tipo de competência tem o fito de encorajar o sujeito a agir sobre as estruturas de poder subjacentes à produção e à disseminação de informação. Com efeito, parte de uma proposta que busca empoderar por meio da informação os sujeitos para que estes sejam capazes de identificar e atuar sobre as estruturas opressivas de poder, bem como reduzir a situação de vulnerabilidade a que foram historicamente submetidos.

É certo que a competência crítica em informação busca proporcionar aos sujeitos a atitude crítica frente a aspectos sociais, políticos e econômicos que envolvem os processos informacionais, pautados, conforme Schneider (2019), no conhecimento do capitalismo informacional, na medida em que possibilita examinar as transformações promovidas pelas tecnologias digitais de informação e de comunicação como artefatos constitutivos das relações de experiência e de poder do sistema capitalista vigente.

A competência crítica em informação [...] representa uma linha conceitual que reflete sobre as competências em informação para além das vias formais de ensino, visto que tenciona o papel do sujeito informacional sob uma perspectiva menos prescritiva de sua atuação perante os problemas informacionais, considerando, em primeira instância, as relações díspares dos sujeitos em seus contextos sociais, o que impede a formação de um perfil que tende à uniformização de um possível “sujeito competente em informação” (Oliveira; Souza, 2022, p. 78).

No entanto, na concepção de Brisola (2021), é preciso que, ao buscar se apropriar da informação, o sujeito saiba analisá-la de forma consciente e crítica, realizando suas próprias observações, compreendendo e fazendo intervenção, na realidade em que se encontra inserido, caso necessite, tomando como base elementos da teoria crítica da informação e da pedagogia crítica da autonomia (Freire, 1967; 1996), uma vez que estes potencializam a conscientização e a capacitação do sujeito na compreensão crítica dos avanços tecnológicos e da produção de conhecimento, direcionando-o à emancipação social. É importante esclarecer que “A teoria informacional crítica percebe o interesse emancipatório como interesse

intrínseco ao campo informacional, ou seja, que está no interior da Ciência da Informação.” (Cavalcante; Souza; Bufrem, 2023).

A competência crítica em informação, no entendimento de Oliveira e Souza (2022), pode contribuir para a autonomia e a emancipação dos sujeitos, capacitando-os a participarem de forma ativa e informada na sociedade, uma vez que envolve não apenas habilidades técnicas, mas também a capacidade de pensar criticamente sobre a informação. Complementarmente, deve-se considerar os elementos éticos e de responsabilidade social que este tipo de competência permite, uma vez que os sujeitos devem ter condições de avaliar as implicações éticas no uso, nas práticas e nas ações de informação.

A ética da informação se destaca em assuntos relacionados à coleta, ao armazenamento, ao processamento, à vigilância, à apropriação e à disseminação da informação, tomando como referência a responsabilidade social na proteção de informações confidenciais, a censura e a justiça social, no mundo digital. A rigor, considera-se que as tecnologias digitais, como outros artefatos sociais, são condicionadas pelas relações de hierarquia, de poder e de saber, e, por conseguinte, são atravessadas pelas marcas da colonialidade, com todas as suas determinantes de submissão, de opressão e de exclusão. (Pereira; Pinheiro; Souza, 2023).

Não se pode perder de vista, então, que, pelo menos, parte das finalidades e dos objetivos da competência crítica em informação, abordados em diferentes fontes, têm papel bastante estratégico diante da realidade dos povos originários, cuja história é marcada pela exclusão, pela opressão e pelo extermínio, uma vez que os capacita na preservação e na valorização de suas identificações, identidades, culturas e sociabilidades.

Em uma perspectiva teórico-conceitual, pondera-se, a partir de Pereira, Pinheiro e Souza (2023), que o acesso à informação, ao conhecimento e à cultura originária potencializa os indígenas a desenvolverem a visão e o pensamento crítico, participando de modo mais ativo de processos políticos e sociais, combatendo as estruturas de opressão que permeiam as comunidades. O fato é que essas condições contribuem com o desenvolvimento de habilidades destinadas ao fortalecimento das identidades e à emergência de autonomias, individuais e coletivas, considerando os povos indígenas em um mundo cada vez marcado pelas tecnologias digitais, quebrando os estereótipos e as amarras externas.

3.1 A Informação Indígena na Resistência às Estruturas Opressivas

A história de opressão e de subalternização dos povos originários compreende a supressão de sua informação e de seu conhecimento. Com efeito, as políticas coloniais

visaram apagar as culturas indígenas e impor narrativas hegemônicas sobre territórios, recursos naturais e identidades dos povos originários. A informação e o conhecimento indígenas foram diuturnamente desvalorizados, marginalizados e excluídos, a partir da imposição de costumes e de tradições coloniais. As “[...] discussões sobre o respeito aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade são especialmente importantes para proteção e preservação de sua identidade, além da permanência de tais comunidades em seus ambientes, evitando-se o êxodo e a perda de saberes.” (Pereira; Souza, 2022).

Atualmente, os povos indígenas ainda padecem diante de uma diversidade de impedimentos à preservação e à disseminação de seus saberes. A ausência de acesso à educação adequada, a discriminação linguística e a falta de reconhecimento de seus conhecimentos, entre outros, são obstáculos à valorização da informação e do conhecimento indígenas. Essas condições são constitutivas do processo de colonização.

A ideia do mundo europeu e mais largamente ocidental era a de que toda a razão, sabedoria e verdade estavam concentradas na civilização ocidental. As outras nações e civilizações eram atrasadas e infantis, nelas não havia a sabedoria real, mas unicamente mitologia e, ainda, valorizada como superstição. Por essa razão, havia um desprezo total. (Terena, 2010, p. 27).

A apropriação cultural e a mercantilização de elementos da cultura indígena representam uma ameaça à integridade e à autenticidade dos conhecimentos tradicionais. Os saberes indígenas são, muitas vezes, reduzidos a produtos exóticos para consumo massivo, ao passo que as comunidades produtoras desses conhecimentos são, parcial ou completamente, excluídas do processo de comercialização (Almeida, 2010). O conhecimento acerca dos povos tradicionais se apresenta como elemento potencializador do respeito à diversidade cultural, tornando-se essencial à construção de uma sociedade contemporânea mais justa, mais igualitária e mais sustentável.

Embora o conceito de informação indígena ainda seja pouco explorado na literatura da Ciência da Informação, Paiva (2013) esclarece que este tipo de informação abrange uma pluralidade de textos e de documentos, em diferentes suportes, que versam sobre o conhecimento dos povos indígenas e a respeito deles. Com efeito, por complexidade constitutiva, esse conceito é baseado em elementos de diferentes campos do conhecimento, tais como Antropologia, Linguística, Saúde, Educação, Arte e Direito, entre outros.

A informação indígena presente nas fontes de informação, no entendimento de Dorrico (2020), potencializa o protagonismo dos povos originários na produção de

conhecimento, na construção de identidades e na preservação de memórias que rejeitam quaisquer ideias de traumas, desolação e extinção dos povos originários resultantes do processo colonial.

Na prática, as fontes especializadas em informação indígena veiculam conhecimentos sobre a comunidade indígena e por ela produzidos, em meios e suportes diversos, tais como arquivos, bibliotecas, museus, documentários, livros, periódicos, bases de dados, repositórios, mídias sociais e páginas institucionais, entre outros (Rezende *et al.*, 2023).

A compreensão do conceito de informação indígena é fundamental na valorização e na preservação das culturas e dos conhecimentos tradicionais, na medida em que potencializa a justiça social e a inclusão desses sujeitos. O fato é que elas possibilitam o registro, a divulgação e a socialização de práticas, de tradições e de saberes que foram diminuídos, silenciados, extintos e esquecidos em decorrências das práticas impostas pelos colonizadores.

3.2 O Desenvolvimento da Competência Crítica em Informação à Luz da Decolonialidade

Em que pesem as várias abordagens possíveis sobre a competência crítica em informação, aqui é fundamental entendê-la como uma estratégica que potencializa o enfrentamento e a superação do estado de opressão que caracteriza algumas sociedades devido às relações modernas, capitalistas e patriarcais. Essas relações, no entendimento de Ballestrin (2013) hierarquizaram e dividiram o mundo geopoliticamente, a partir de uma perspectiva eurocêntrica e colonial.

E mais, a manutenção desses processos de hierarquização e de dominação coloniais se perpetuam e continuam a influenciar as sociedades contemporâneas, mesmo após a decolonização formal. Quijano (2014) assevera que as relações de colonialidade presentes foram herdadas da colonização, em uma estrutura persistente de poder, de ser e de saber, e continuam a influenciar e a moldar as relações capitalistas, intersubjetivas e raciais reproduzidas em três dimensões: colonialidade do poder, colonialidade do ser e colonialidade do saber.

Quijano (2014) esclarece que a colonialidade do poder perpetua sistemas econômicos e políticos opressores que favorecem elites e nações ocidentais, mantendo desigualdades globais através de instituições e de processos sociais, políticos e econômicos. A colonialidade do ser, por sua vez, alcança a constituição de subjetividades, promovendo a desumanização e a marginalização de identidades de gênero, de sexualidade e de raça, via estabelecimento de

normas eurocêntricas que silenciam culturas dos povos colonizados, incluindo negros e indígenas, e promovendo exclusões como genocídio, racismo e sexismo. E, por fim, a colonialidade do saber se sustenta na hegemonia do conhecimento ocidental, que marginaliza outros modos de conhecimento, como os saberes indígenas e africanos, conservando a ideia de que apenas o conhecimento ocidental é válido e legítimo.

Na prática, a integração dessas três dimensões perpetua a lógica colonial, influenciando e limitando as possibilidades de emancipação e de autonomia dos povos e dos saberes subalternizados. É, então, forçoso considerar que a colonialidade não se restringe a momento ou a fato histórico, mas se manifesta continuamente em diversas esferas sociais contemporâneas. Com efeito, as estruturas coloniais ainda transpassam instituições, políticas, projetos, ações e discursos, inclusive políticos e educacionais, mantendo e reproduzindo as hierarquias de poder e marginalizando pessoas e lugares não hegemônicos.

Como atitude de superação a essas relações de colonialidade, surge a decolonialidade, a partir de grupos Latino-Americanos e Sul-Asiáticos, com o objetivo de compreender e valorizar a produção de conhecimento dos grupos historicamente desvalorizados, explorados e oprimidos pelos seus colonizadores. A decolonialidade refere-se, em última análise, à quebra de estruturas de poder e de pensamentos coloniais, valorizando e reestabelecendo conhecimentos e práticas de povos originários.

A decolonialidade é, nesses termos, um projeto que busca subverter os padrões de poder herdados da modernidade, com o intuito de encontrar possibilidades de conhecimentos, memórias e histórias encobertos, por muito tempo, e considerados não saberes ou conhecimentos bárbaros, primitivos, místicos e supersticiosos (Maldonado-Torres, 2008, Oliveira; Gomes, 2021). Neste contexto, a competência crítica em informação pode se mostrar estratégica ao potencializar o acesso, a avaliação e o uso de informações e de conhecimentos que fortaleçam as culturas e as identidades dos povos originários, ampliando o olhar crítico acerca das lutas e das resistências dessas comunidades.

É possível que, diante de sistemas opressores, a competência crítica tenha a potencialidade de contribuir com os processos de decolonização do saberes, do ser e do poder, pois pode capacitar o sujeito a questionar, a criticar e, em última análise, a transformar as estruturas de poder materializadas em discursos dominantes e em sistemas de opressão que hierarquizam, subalternizam e excluem modos de ser, em diversas frentes, tais como epistemicídio, racismo, sexismo e as possíveis interseccionalidades entre esses.

A competência crítica em informação pode se configurar como um constructo teórico-prático fundamental para desafiar e subverter essas estruturas de dominação, na medida em que condiciona o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes críticas, em meio a vivências, a contradições sociais e a desafios concretos. Isso pode possibilitar o sujeito a conhecer, a reconhecer e a desnaturalizar as formas de poder que, conforme Mignolo (2017), subjazem às relações sociais e institucionais. Esse tipo de competência condiciona identificar e confrontar manifestações contemporâneas de colonialismo, como o racismo, especialmente, o racismo estrutural, a exploração econômica e a expropriação cultural.

A competência crítica em informação pode ser uma eficiente estratégia no processo de decolonização, ao possibilitar que grupos marginalizados acessem, interpretem e utilizem informações e conhecimentos orientados à justiça social, à valorização cultural e à autodeterminação dos povos. Ocorre que um conjunto de ações estratégicas possibilitam, inicialmente, o enfraquecimento e a quebra de barreiras de opressão historicamente construídas. Com efeito, malgrado o sistema vigente em torno das relações moderno-capitalistas, com suas condicionantes sociais, políticas, econômicas, ideológicas e culturais, entre outras, esse tipo de competência oferece possibilidades de resistência, de luta e de transformação contra regimes opressores contemporâneos.

Neste momento, algumas “diretrizes estratégicas” podem ser sistematizadas, considerando os “domínios da competência crítica em informação” e as “ações decolonizadoras”, conforme delineadas no Quadro 1. Na prática, essas ações, entre outras, são consideradas estratégicas para a valorização, a conscientização e o desenvolvimento dos saberes indígenas, proporcionando uma estrutura que não apenas reconheça a diversidade epistêmica, mas também empoderem comunidades marginalizadas a reivindicar e a preservar seus conhecimentos ancestrais. O fato é que, numa perspectiva crítica, fundamentada em informações e em conhecimentos, o indígena pode se engajar em processos de decolonização que busquem desconstruir as hierarquias e privilegiar as vozes até então silenciadas.

Ademais, a eficácia da competência crítica está intrinsecamente ligada à capacidade de conhecer, mas também de reconhecer, de se conscientizar, de lutar e de superar desafios, incluindo a apropriação de discursos críticos e a resistência às narrativas dominantes. Com efeito, a partir do desenvolvimento de uma competência crítica consciente e comprometida, é possível promover processos de decolonização que contribuam para a construção de

XXIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – XXIV ENANCIB
Vitória-ES – 04 a 08 de novembro de 2024

sociedades mais justas, democráticas e inclusivas, superando o estado de opressão e de exclusão que extirparam as subjetividades e as sociabilidades dos povos originários.

Quadro 1 – Recomendações da competência crítica em informação à decolonialidade

Domínios da competência	Ações decolonizadoras	Diretrizes estratégicas
Concentração ou suspensão da cotidianidade.	Questionar modos e narrativas dominantes	Promover a análise crítica da informação para a emancipação crítica do sujeito, para que esse saiba identificar narrativas históricas, sociais, culturais e opressoras.
Artefatos, conhecimentos e habilidades instrumentais.	Engajar-se em ações cotidianas transformadoras	Assegurar a infraestrutura tecnológica, por meio do acesso à <i>internet</i> e a dispositivos tecnológicos adequados. Habilitar para a utilização dessas ferramentas e o manuseio de informações seguras.
Expectativas, necessidades, gostos e demandas informacionais.		Identificar e refletir sobre suas próprias necessidades e preferências informacionais. Reconhecer um problema e saber resolvê-lo através de ações eficientes. Saber realizar pesquisas para identificar as necessidades e interesses informacionais comunitários.
Relevância, qualidade e credibilidade da informação.		Capacidade de questionar e avaliar criticamente a relevância da informação. Habilitar para o uso de técnicas de verificação de fontes. Desenvolver habilidades críticas do indígena, permitindo-o questionar fatos e acontecimentos.
Ética, responsabilidade e sustentabilidade em informação.	Reconhecer o conhecimento como diverso e plural	Compreender as implicações éticas no uso e na disseminação da informação do conhecimento, incluindo saberes tradicionais, contrapondo-se à ideia de conhecimento ocidental exclusivo, eurocentrado, válido ou superior. Entender que os saberes indígenas são vastos e diversificados.
Movimento e engajamento político, social e ideológico.	Identificar e analisar estruturas de poder	Desenvolver capacidades para a identificação de estruturas de poder e de privilégio vigentes. Saber usar a informação para o engajamento político, social e ideológico, apoiando e incentivando a participação ativa em movimentos sociais e políticos que defendam os direitos indígenas.
Relações de gênero e sexualidade.	Desconstruir formas de preconceitos e ideias estereotipadas	Desenvolver a compreensão crítica acerca de questões de gênero, feminismos e sexualidade. Criar espaços e aberturas seguras para discussão dessas questões dentro da comunidade.
Relações étnico-raciais.		Desenvolver o entendimento crítico das relações étnico-raciais e de combate ao racismo. Criar ações transformadoras, incluindo a participação em movimentos sociais, lutas por mudanças políticas e a busca por justiça, igualdade e equidade social.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Brisola (2021), Schneider (2019), Paulo Freire (1967), Elmborg (2006, 2012), Tewell (2015).

Essas recomendações da competência crítica em informação apresentadas no Quadro1, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das ações de mediação da informação, uma vez que esse processo tem a finalidade de capacitar os indivíduos a questionar e refletir sobre a informação e as fontes, que é uma característica central da

competência crítica. Conforme discutido por Almeida Junior (2008), os mediadores da informação precisam fazer escolhas criteriosas sobre quais conteúdos disponibilizar e como orientar o público para acessar informações seguras e de qualidade. Nesse mesmo horizonte, a competência crítica em informação ajuda na seleção de informações relevantes e seguras a serem trabalhadas por esses profissionais. Na visão de Gomes (2020), esse tipo de competência ajuda na autonomia informacional, pois quando se trata da mediação da informação um de seus objetivos é garantir que os indivíduos sejam capazes de tomar decisões informadas e conscientes, baseando-se em fontes verificadas e conhecimentos sólidos.

Em que pese este exercício analítico-sintético, é certo que a competência crítica em informação pode oferecer um conjunto abrangente de estratégias que não só empoderam as comunidades indígenas a preservar e revitalizar seus saberes, mas também a se engajar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atraso contemporâneo nas condições subjetivas, sociais, políticas, econômicas e culturais dos povos colonizados, tanto nas Américas quanto em outras regiões do mundo, é resultado das relações de poder modernas e capitalistas herdadas do colonialismo histórico. Essas relações se fundamentam em uma complexa rede de exclusão e de opressão, manifestando o que Quijano (2014) chamou de colonialidade, abrangendo os domínios do poder, do ser e do saber. A grande questão que surge aqui é a opacidade dessas condições, que decorrem, em grande parte, das formas de ser e de saber construídas em torno do pensamento moderno-ocidental, impostas através de uma perspectiva eurocêntrica.

Embora se reconheçam as relações de poder que sustentam este sistema, há movimentos de resistência que visam transformar essa realidade, baseados na pluriversalidade e na autodeterminação dos povos, e impulsionados por um conjunto de políticas e ações decolonizadoras. Além dos movimentos sociais organizados (indígenas, mulheres, negros, população LGBTQIPA+, etc.), a academia pode desempenhar um papel significativo por meio da reflexão, da discussão, da reformulação e da intervenção.

A competência crítica em informação pode se constituir em uma relevante forma de resistência social, no contexto dos povos originários, por meio de processos dinâmicos de decolonização do poder, do ser e, notadamente, do saber. Na prática, isso envolve

desconstruir mitos e estereótipos impostos por séculos de colonização, permitindo uma reapropriação autêntica e autônoma das histórias, das identidades e das sociabilidades.

Considera-se que a competência crítica em informação pode, em sentido amplo, fundamentar atitudes decolonizadoras, permitindo a reavaliação das estruturas de poder, de ser e, especificamente, de conhecer que sustentam a ordem moderno-hegemônica. O fato é que, ao promover uma análise crítica das fontes e dos discursos, esta competência pode ajudar a combater preconceitos presentes nas narrativas coloniais. Isso pode facilitar a construção de novas perspectivas que respeitem e incorporem os conhecimentos e os valores indígenas, em processos contínuos que requerem abordagens críticas e reflexivas, permitindo que vozes historicamente silenciadas sejam ouvidas, valorizadas e emancipadas.

Até o momento, as abordagens da competência crítica em informação na perspectiva indígena na Ciência da Informação ainda são bastantes incipientes. É importante considerar que esses povos possuem um conjunto de conhecimentos ancestrais, com fortes relações com o meio onde vivem. Então, estudos com esse tema apresentam um vasto campo de possibilidades, sobretudo, as que valorizem e promovam a inclusão social. É oportuno considerar, portanto, a autonomia na produção de conhecimentos e de saberes, sem estereótipos, abraçando a diversidade dessas comunidades espalhadas pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In*: VALENTIM, M. L. P. (org.). **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis; Cultura Acadêmica, 2008.

ALMEIDA, M. C. **Os índios na história do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARRUDA, M. A. J.; CALDAS, R. F. Sistemas de mediação cultural no âmbito dos saberes indígenas. *In*: LIMA, I. F.; MOURA, M. A. (org.). **Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades**. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2023.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 22 maio 2024.

BRISOLA, A. C. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano**: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante às distopias informacionais contemporâneas. 2021. 293 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1165/1/BRISOLA_ANNA_TESE_A%20CCI%20como%20Resist%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.

CAVALCANTE, A. V. B.; SOUZA, E. D.; BUFREM, L. S. Teoria crítica da informação: um conceito, uma teoria. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), 23., 2023, Aracaju, SE. **Anais [...]**. Aracaju, SE: Ancib; UFS, 2023. Disponível em: <https://www.ancib.org.br/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/2033/1403>. Acesso em: 22 jun. 2024.

DEROCHE, F. La notion de “peuples autochtones”: une synthèse des principaux débats terminologiques. *In*: FRITZ, J. C.; DEROCHÉ, F.; FRITZ, G. (org.). **La nouvelle question indigène: Peuples autochtones et ordre mondiale**. Paris: L’Harmattan, 2005.

DORRICO, J. Vozes da literatura indígena brasileira contemporânea: do registro etnográfico à criação literária. *In*: DORRICO, J.; DANNER, L.; CORREIA, H.; DANNER, F. (org.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre, RS: Editora, 2020.

DOWNEY, A. **Critical Information Literacy: foundations, inspiration and ideas**. Sacramento, CA: Library Press Juice, 2016.

ELMBORG, J. Critical information literacy: definitions and challenges. *In*: WILKINSON, C. W.; BRUCH, C. (org.). **Transforming information literacy programs: intersecting frontiers of self, library culture, and campus community**. Chicago, IL: Association of College and Research Libraries, 2012.

ELMBORG, J. Critical information literacy: implications for instructional practice. **The Journal of Academic Librarianship**, Amsterdam, v. 32, n. 2, p. 192-199, 2006. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0099133305001898?via%3Dihub>. Acesso em: 03 fev. 2025.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, H. F. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1–23, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/57047>. Acesso em: 10 set. 2024.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MALDONADO-TORRES, N. La descolonización y el giro des-colonial. **Tabula Rasa**, Bogotá, n. 9, p. 61-72, jul./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/tara/n9/n9a05.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2024.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, D. B.; GOMES, R. C. Epistemologia de fronteiras em Walter Mignolo: compreensão, críticas e implicações na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 35, n. 74, p. 643–677, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/55175>. Acesso em: 22 maio 2024.

OLIVEIRA, M. L. P.; SOUZA, E. D. Competência crítica e desordem da informação: da atuação dos agentes ao protagonismo social. In: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M. (org.). **Competência crítica em informação**: teoria, consciência e práxis. Rio de Janeiro: IBICT, 2022. p. 77-86. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/1200/1/Bezerra%20%26%20Schneider%20-%20Compet%3%aancia%20Cr%3%adtica%20em%20Informa%c3%a7%c3%a3o%20%282022%29.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PAIVA, E. B. **Narrativas indígenas**: construindo identidades e constituindo-se em fontes de informação. 2013.199f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

PEREIRA, B. R. O.; PINHEIRO, E. G.; SOUZA, E. D. Ética intercultural da informação: convergências teórico-conceituais em torno do pensamento de fronteira. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), 23., 2023, Aracaju, SE. **Anais [...]**. Aracaju, SE: Ancib; UFS, 2023. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1746/1149>. Acesso em: 22 jun. 2024.

PEREIRA, B. R. O.; SOUZA, E. D. Patentes e conhecimentos tradicionais: uma breve discussão acerca da apropriação de propriedades coletivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (Enancib), 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Ancib; UFRS, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiienancib/paper/view/1046/768>. Acesso em: 22 jun. 2024.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder y clasificación social**. Buenos Aires: Clacso, 2014.

REZENDE, A.; CARVALHO, W. M.; FARIAS, R. A. N.; PAIVA, E. B. Povos Originários/Indígenas em foco guia de fontes de informação especializada. **Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/59539>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SCHNEIDER, M. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. In: BEZERRA, A. C.; SCHNEIDER, M.; PIMENTA, R.; SALDANHA, G. (org.). **iKrítika**: estudos críticos em informação. Rio de Janeiro: Garamond, 2019, p. 73-116.

TERENA, M. Itinenóe Purutuíhako, Ainapó Nhakóe Ambenha Nhánheke, Vookuke Gonhuhótimo Kali Inzonéo, Kuánemaka Kali Émó-Hum, Enómone Vomixóne Ihái Vovokuké. In: MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 15-34.

TEWELL, E. A decade of critical information literacy. **Communications in Information Literacy**, [S. l.], v. 9, n. 1, 2015. Disponível em: <https://pdxscholar.library.pdx.edu/comminfolit/vol9/iss1/2/>. Acesso em: jan. 2022.

UNDRIP, Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao_das_Nacoes_Unidas_sobre_os_Direitos_dos_Povos_Indigenas.pdf. Acesso em: 03 ago. 2023.